



Nº 63 - JULHO/AGOSTO DE 2025

REVISTA

RECONEXÃO PERIFÉRIAS



FOTO: SÉRGIO SILVA

Conquistar mentes e corações pela base nas periferias

**'O funk é uma cultura
de emancipação para
as mulheres', afirma
pesquisadora**

**Parteiras de Breves
mantêm prática
ancestral e lutam
por valorização**



CONFIRA A SEÇÃO **OPORTUNIDADES**

Conquistar mentes e corações pela base nas periferias



FOTO: SÉRGIO SILVA

A edição de julho e agosto da **Revista Reconexão Periferias** celebra o 25 de julho, Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, com uma entrevista da pesquisadora, dançarina e produtora cultural Renata Prado. Nascida e criada no Itaim Paulista, no extremo da Zona Leste

de São Paulo, e Formada em pedagogia pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), ela começou a frequentar os bailes porque eram – e ainda são, praticamente, os únicos espaços culturais disponíveis nas periferias. “O funk dá esse espaço emancipatório. Ele permite que as mulheres sejam

o que são”, afirma.

O artigo “Conquistar mentes e corações pela base nas periferias”, de Artur Henrique Santos, Paulo César Ramos e Darlene Testa, fala sobre o desafio da atuação nas periferias, visando um PT renovado e atuante, que dialogue com as novas dinâmicas do mundo do

PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS ■ CONSULTOR RESPONSÁVEL ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ COORDENADOR DO PROJETO PAULO CÉSAR RAMOS ■ EQUIPE RUAN BERNARDO, VICTÓRIA LUSTOSA BRAGA, DARLENE TESTA E BARBARA MARTINS ALVES DOS SANTOS ■ EDIÇÃO E REVISÃO ROSE SILVA ■ PRODUÇÃO EDITORIAL CAMILA ROMA ■ PROJETO GRÁFICO CACO BISOL ■ DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO PAULO OKAMOTTO (PRESIDENTE), BRENNO ALMEIDA (VICE-PRESIDENTE), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ALEXANDRE MACEDO DE OLIVEIRA, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JORGE BITTAR, MONICA VALENTE, NAIARA TORRES E VALTER POMAR.

trabalho, fortaleça suas bases de participação popular, combata violações de gênero, raça, classe, a discriminação LGBT-QIAPN+, que empodere as juventudes dentro de toda a sua complexidade, firme uma transição geracional e compreenda as mutações nas formas de conscientização, comunicação e mobilização política.

O *Perfil* apresenta a Associação das Parteiras Tradicionais do Município de Breves, uma organização fundada em 2010 que luta pelos reconhecimento e valorização do trabalho das parteiras da região, em sintonia com as políticas públicas de saúde. À frente da instituição desde 2022, a técnica de enfermagem Maria Augusta da Cunha Borges acompanhava a avó desde criança, quando ela era chamada para assistir as mulheres em trabalho de parto no interior da Ilha do Marajó (PA). E assim, durante uma complicação, teve a oportunidade de auxiliá-la e passou a ser formada para suceder a matriarca neste ofício.

A edição também registra o primeiro de três encontros que vão discutir os impactos das chacinas e suas relações com a política de drogas no Brasil, realizado pelo Reconexão Periferias. O ciclo tem como objetivo reunir especialistas, ativistas, advogados e pesquisadores para construir coletivamente os eixos temáticos que irão compor o livro *Chacinas e Política de Drogas*, quarto e último título da coleção baseada na pesquisa *Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil: Casos emblemáticos*.

Na reportagem “Desafios, pornografia e discurso de ódio: riscos diários para crianças nas redes sociais”, especialistas alertam para os riscos do acesso precoce e irrestrito de crianças e adolescentes às redes sociais, que facilita a ocorrência de crimes graves que colocam em risco sua vida e bem-estar. Casos de aliciamento, desafios que induzem ao suicídio e perfis criados para explorar sexualmente alunos de escolas, além da disseminação de con-

teúdo misógino, racista e discursos de ódio, se tornaram parte da realidade digital no Brasil.

A seção de *Arte* apresenta o artista por trás da Negra'Art'Artesanato, Vitor Fernando da Silva, que chama a atenção nas feiras com um trabalho que homenageia religiões de matriz africana e a cultura preta, em esculturas que utilizam arame, barbante e retalhos de tecido.

O artigo “Marcadores sociais da afrodescendência, interseccionalidade e suas implicações na educação das relações étnico-raciais”, do pesquisador Cláudio Rafael Almeida de Souza, apresenta a pesquisa que objetiva mapear os marcadores sociais por meio do comércio de escravizados no periódico “Idade d'Ouro do Brasil”, da cidade de Salvador (BA), no serviço de busca da Hemeroteca Digital Brasileira.

Boa leitura! Boas lutas! ■

Conquistar mentes e corações pela base nas periferias

ARTUR HENRIQUE SANTOS, DARLENE TESTA E PAULO CÉSAR RAMOS

ARTUR HENRIQUE SANTOS É SOCIÓLOGO, EX-PRESIDENTE DA CUT E CONSULTOR DO RECONEXÃO PERIFÉRIAS

DARLENE TESTA É GEÓGRAFA, COORDENADORA DO SETORIAL DE ENERGIA PT SP E DO EIXO TRABALHO DO RECONEXÃO PERIFÉRIAS,

PAULO CÉSAR RAMOS É SOCIÓLOGO, COORDENADOR DO RECONEXÃO PERIFÉRIAS E ELEITO PRESIDENTE DO PT INDAIATUBA – SP



FOTO: SÉRGIO SILVA

Vivemos um momento bastante complexo. Uma nova onda, provocada pelo reagrupamento de setores conservadores e de extrema-direita, em um mundo em transformação onde o fascismo aparece como opção ideológica e um planeta cada vez mais impactado por eventos extremos.

Há consequências potencialmente dramáticas sobre as pessoas, o meio ambiente e a economia, e as transformações tecnológicas ocorrem em velocidade cada vez maior. Projeta-se um novo setor da burguesia internacional, sem regulação global e

nacional adequadas, o que resulta em maior concentração de capital, aumento das desigualdades entre países e classes sociais e grandes incertezas em relação ao futuro para a imensa maioria da população mundial.

O Brasil, que a partir

de 2022 retomou seu caminho democrático e inserção soberana e protagonista no mundo, hoje está às voltas com ameaças do governante estadunidense que teima em se aliar com o fascismo de lideranças brasileiras já expurgadas da vida nacional e tem receio

desse protagonismo dos países do sul global. Mais do que nunca é preciso defender a soberania, a democracia e tornar o chão que pisamos um lugar de bem viver.

Nesse contexto, o Partido dos Trabalhadores também realizou seu processo de eleições diretas, o PED, o maior de sua história, confirmando a necessidade e a disposição de efetuar um mergulho em sua origem trabalhadora e seus valores programáticos, visando efetuar uma atualização e modernização de sua gestão e reafirmação de seus princípios solidários e democráticos.

A reflexão efetuada no âmbito Reconexão Periferias sobre eixos e temas norteadores desse programa pode contribuir nesse processo imprescindível para a manutenção do protagonismo e avanço rumo a um horizonte democrático e socialista que almejamos. Isso levou ao aprofundamento da reflexão sobre a atuação nas periferias, visando um PT renovado e atuante, que

dialogue com as novas dinâmicas do mundo do trabalho, que fortaleça suas bases de participação popular, combata violações de gênero, raça, classe, a discriminação LGBTQIAPN+, que empodere as juventudes dentro de toda a sua complexidade, firme uma transição geracional e compreenda as mutações nas formas de conscientização, comunicação e mobilização política.

Territorialidades

Afirmamos sistematicamente que o território é o locus da transformação social, pois é nele que a vida a real acontece, para onde convergem as estruturas de opressão e exploração e as desigualdades se materializam.

O acúmulo de reflexões e ações no Reconexão Periferias nos levou a produzir um livro, o “Periferias no Plural”, que aglutina diversas análises e contribuiu muito para se chegar a essa ideia de que há diversas periferias, tanto espacialmente como em suas relações, e que estas são a expressão política de

vida social, nas variadas formas de experienciar o trabalho, a desigualdade e a opressão nos territórios. Nesse sentido, populações das águas, rios, mares, florestas, do campo e cidade, se constituem como sujeitos de direitos. E as periferias que não somente as urbanas, estrito senso, possibilitam essas diversas análises.

Com isso, jogamos luz para a cidade, um território que não é meramente um conjunto de lotes e glebas transformado pelo mercado imobiliário em mercadoria. O território municipal é o lugar onde a vida acontece, onde os ecossistemas naturais se desenvolvem e onde as pessoas constroem suas vidas, estabelecendo relações de pertencimento — as territorialidades, cada qual com suas especificidades e contradições.

Vislumbrar as cidades como territórios de democracia e cidadania, reconstituindo um protagonismo, tanto dos arranjos institucionais como de empoderamento social, faz parte de

uma tarefa inadiável de quem luta pela transformação social. Nas cidades poderemos construir a possibilidade de uma transição ecológica capaz de assegurar a saúde do planeta, a manutenção dos biomas e superar a crise climática ao buscar novas formas de consumir e novas formas de produção.

Edificar cidades com mais centralidades para que as pessoas vivam em regiões autossuficientes, que permitam ampliar a mobilidade ativa e o reconhecimento dos patrimônios natural e cultural, materiais e imateriais, de modo a valorizar a diversidade cultural e as múltiplas identidades dos grupos sociais. Potencializar a economia solidária, popular e criativa, nos possibilitará produzir essas novas territorialidades e enxergar as periferias como elemento fundante desse processo.

As periferias, espacialmente, passaram a ser o local de concentração da pobreza; quando o

presidente Lula aponta a necessidade de se "colocar o pobre no orçamento", sinaliza a demanda de se construírem políticas públicas que possam gerar uma segurança social capaz de incluir as pessoas pobres em um ciclo de dignidade humana com acesso à alimentação, educação, saúde, renda mínima, equidade de condições para acessar oportunidades etc.

Ao falar de periferias, verificamos muitas teses sobre o papel do Estado; e que sua ausência é a produção estrutural de carências; outra, que essa ausência é compensada pela constituição de uma complexa rede não institucional de atores que fatalmente cumprem o papel de autoridade, mediação e assistência. E precisamos reconhecer que, para parte expressiva da população periférica, o Estado é sinônimo de violência, perseguição e morte. Afirmamos que as periferias têm uma condição de pertencimento e identidade que passou a ser fonte de orgulho e base de autoafirmação.

Trabalho de Base

Falar de trabalho de base nas periferias, sejam urbanas ou rurais, não é falar apenas de uma estratégia de organização política, mas sim de um compromisso ético, histórico e popular com os setores mais invisibilizados da sociedade brasileira. É ali, nos bairros afastados do centro, onde a desigualdade se materializa em ruas sem asfalto, transporte precário, escolas sucateadas e ausência de equipamentos públicos, que pulsa uma força coletiva capaz de mudar o país: o povo trabalhador.

E, por isso, como militantes da transformação da realidade, é fundamental pensarmos no que, nesse último período, o PT tem debatido, que é sua "volta às bases", a reconexão com as periferias. Historicamente, dizemos que fazer trabalho de base é construir relações, escutar, dialogar, formar consciência crítica e politizar as experiências cotidianas da classe trabalhadora. Portanto, é



FOTO: RICARDO STUCKERT / PR

muito mais do que levar “a verdade” ou “a política” para quem está na ponta — é reconhecer que a periferia já tem política, cultura, saberes e resistência, ainda que muitas vezes fragmentados ou cooptados.

Transformar a realidade exige presença concreta nos territórios: nas escolas, nas igrejas, nas filas do posto de saúde, nos mutirões, nas festas de bairro, quilombos, comunidades ribeirinhas, nas rodas de conversa. O trabalho de base é a escuta ativa e a construção coletiva com o outro, e não sobre o outro.

É por isso que é urgente voltar ao território. O afastamento, por suas diversas e controversas motivações, desde o avanço do neoliberalismo, que fragilizou as estruturas de mobilização coletiva, esvaziou as políticas públicas e aprofundou a individualização das relações sociais aos projetos autoritários e conservadores que ocuparam o vazio deixado, especialmente com igrejas fundamentalistas, milícias, narcotráfico e políticas de ódio travestidas de ordem.

Reaproximar-se das periferias é fundamental para resistir a esse avanço.

Reaprender a fazer trabalho de base com humildade, paciência e escuta ativa, com a experiência de quem já fez muito e a incorporação de novas tecnologias, buscando não “ensinar o povo”, mas construir junto, como dizia Paulo Freire: “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”.

Periferia é potência

É preciso romper, tanto com a lógica assistencialista que reduz as periferias à condição de “problema social” quanto com a lógica da imposi-

ção de um pensamento ou ação. É preciso compreender que nas periferias se produzem cultura, economia, solidariedade, arte, cuidado e saberes populares. O funk, o hip hop, o grafite, os terreiros, os mutirões de moradia, as cozinhas comunitárias, as mães da quebrada que se transformam em educadoras, terapeutas e líderes sociais — tudo isso é trabalho de base em potência.

As lutas que emergem das periferias são profundamente interseccionais: envolvem questões de raça, gênero, juventude, território e classe. Ouvir essas vozes, incorporar suas pautas e dialogar com suas linguagens é parte central de qualquer estratégia política que pretenda transformar o Brasil com raízes populares. E essa é a razão de ser do Reconexão Periferias.

Participar do cotidiano e criar espaços de escuta

Atuar nas periferias exige continuidade, formação e criatividade. Não basta visitar um bairro

em época de campanha ou fazer uma oficina pontual. É preciso criar vínculos, formar núcleos, disputar narrativas, abrir espaços de escuta, diálogo e aprendizado. Exige também o uso inteligente das redes sociais, do audiovisual, da cultura local — sem deixar de lado a centralidade do corpo-a-corpo, a visita, o panfleto e a roda de conversa.

Superar o desafio da fragmentação social causada pelo desemprego, pela precarização e pela cultura do medo; a desconfiança com a política institucional, fruto de décadas de promessas não cumpridas; a violência estatal e territorial, que impede a livre circulação e organização em algumas áreas e causa pobreza e desordem; e a falta de investimento em formação política popular contínua, especialmente entre jovens lideranças, e atuar no fortalecimento de redes locais de solidariedade e economia popular; na criação de espaços populares de formação, cultura e lazer; no diálogo com coletivos

periféricos já atuantes em áreas como arte, educação, comunicação, meio ambiente e religiosidade; e na articulação entre movimentos sociais, sindicatos, partidos populares e lideranças comunitárias, sem imposição, mas com escuta e disposição para somar, é tarefa imperiosa da militância e das direções que almejam e lutam por mudanças, que buscam construir um novo Brasil.

Atuar nas periferias é uma tarefa estratégica para quem quer reconstruir um Brasil mais justo, democrático e popular. Exige tempo, afeto, método e compromisso. Não é tarefa de um só movimento ou organização, mas de todos que acreditam na transformação social a partir das raízes. É nas ruas da periferia que o futuro do país está sendo disputado. E é ali que precisamos estar: não para salvar, mas para construir junto.

É uma tarefa do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras. Como no texto de Amanda Lemes,

militante de Campinas, o PT carrega desde seu nascedouro uma característica inédita: a de ser comunidade. O PT é a maior comunidade política já erguida no Brasil, único a gerar afeto e esperança em escala continental: qual petista não arrepiou ao ouvir “*sem medo de ser feliz, quero ver chegar, Lula lá...*”? Quem não celebrou, com lágrimas nos olhos, Lula subindo a rampa do Planalto de mãos dadas com o povo? Quem não se encheu de orgulho ao eleger a primeira mulher presidenta do país?

E nenhum petista tem dúvidas de que a tarefa mais importante de nossas vidas no próximo ano é reeleger Lula em 2026. É por isso que nossa ação exige identidade compartilhada, propósito comum e interdependência que une práticas e corações. Enquanto o fascismo avança mundo afora — esparramando necropolítica, atacando corpos femininos e direitos duramente construídos —, no Brasil sua marcha é contida por um sim-



FOTO: ROBERTA ALINE/ MDS

ples fato: o PT existe. E não apenas existe: resiste em trincheiras, constrói nas brechas, luta com as armas que tem — palavras, sonhos, gente. E reconhecer a unidade que já pulsa em nossas veias, forjada em 45 anos de história, como também suas contradições, é passo fundamental para essa tão necessária e inadiável atualização.

Mas e o mantra “*o PT precisa voltar para as bases*”? Nenhum partido sem raízes profundas vence 5 eleições presidenciais. Nenhum sem base firme se entranha em tantos movimentos sociais. Nenhum sem chão popular disputa municípios de norte a sul, lança milhares de candidaturas, colhe votos como frutos de uma árvore plantada

no asfalto e no barro. Nenhum — a não ser o PT — seria capaz de derrotar Bolsonaro e frear o avanço global do fascismo, que insiste em transformar corpos em números e direitos em poeira. Mas precisamos de mais. O que significa hoje voltar às bases? Significa reerguer comunidades e plantar sementes de oportunidades de transformação. ■

'O funk é uma cultura de emancipação para as mulheres', afirma pesquisadora

ROSE SILVA



FOTO: DIVULGAÇÃO

Nascida e criada no Itaim Paulista, no extremo da Zona Leste de São Paulo, a dançarina, pesquisadora e produtora cultural Renata Prado costuma dizer que tem uma relação orgânica com o movimento funk, desenvolvida desde a adolescência, nos anos 2000. Começou a frequentar os bailes porque eram – e ainda são, praticamente, os únicos espaços culturais disponíveis nas periferias. “O funk dá esse espaço emancipatório. Ele permite que as mulheres sejam o que são”, afirma.

Formada em pedagogia pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), foi na universidade que Renata teve contato com as frentes políticas, o movimento estudantil e participou da criação do Núcleo Negro Unifesp Guarulhos, ao lado de outros militantes e estudantes. Sua pesquisa acadêmica na área da educação abordou o funk no contexto da Lei 10.639, que trata do ensino da história afro-brasileira nas escolas. A partir de seus estudos, percebeu a ausência de políticas públicas voltadas à valorização desse movimento cultural periférico, marcado pela criminalização, pela repressão e por uma intensa resistência das mulheres negras que o constroem.

Frente Nacional de Mulheres do Funk

Inspirada pela Frente Nacional de Mulheres do Hip Hop, Renata foi uma das fundadoras da Frente Nacional de Mulheres do

Funk, que surgiu com o objetivo de criar diálogo com o poder público. Trata-se de um coletivo de mulheres negras das periferias de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco, quatro estados onde o funk se consolida como fenômeno cultural, mas onde a política pública continua ausente. “A cultura funk não pode ser tratada como caso de polícia”, afirma.

Nesta entrevista, Renata fala sobre o papel do funk na emancipação das mulheres, a criminalização da juventude periférica e o avanço de projetos de lei que tentam censurar artistas que expressam as contradições sociais vividas nas quebradas. “Estão querendo punir mais uma vez o jovem por uma responsabilidade que não é dele.”

Muitas pessoas veem o funk como um espaço de objetificação do corpo feminino. O que você pensa a respeito disso?

Eu acredito veemente que o funk seja uma cultura de emancipação para as

mulheres, particularmente aqui, um país onde tudo que se diz sobre vivência feminina acaba se tornando tabu: o corpo, a sexualidade, o erotismo. E isso também faz parte de um processo de manipulação da nossa sociedade. As mulheres estão nesse foco de manipulação social, e quando aparece o funk dizendo que elas podem usar a roupa que quiserem, comportar-se como quiserem, dançar e cantar o que quiserem, começa a ruptura de alguns tabus. Por isso eu acredito que o funk é emancipatório, justamente por abrir espaço para as mulheres serem o que são. Hoje as mulheres do funk têm uma postura muito

mais libertária dentro de suas escolhas. Quando se fala no geral do comportamento feminino, principalmente dentro do movimento funk, naturalmente entende-se que essas mulheres não são capazes de fazer suas escolhas sexuais e artísticas, ou que são manipuladas. Na verdade, nós escolhemos falar sobre sexo, mostrar os nossos corpos, decidimos fazer parte dessa cultura. Não existe nada que viole o nosso direito de escolha. Se hoje as mulheres estão falando sobre sexo, liberdade econômica, rompimento de relacionamento abusivo, entre tantas outras pautas colocadas nas músicas de funk, por exemplo, é



FOTO: DIVULGAÇÃO



FOTO: DIVULGAÇÃO

porque ele dá esse espaço emancipatório. E quando eu trago essas reflexões, estou pensando em mulheres adultas. Acho que é muito importante a gente dizer isso, porque quando se fala do funk a partir da conotação sexual, do erotismo, é importante destacar que são mulheres adultas que escolhem consumir esse tipo de arte e isso precisa ser respeitado.

Agora, quando a gente

olha para uma juventude que consome um tipo de conteúdo que talvez não seja indicado para determinada idade, é importante entender que falta educação dentro do ambiente escolar. Se hoje há jovens que acessam questões sexuais a partir do funk de uma forma que não seja socialmente adequada, entendo que falta uma educação sexual e que isso tem que ser resultado de políticas públicas. O que será que

o Ministério da Saúde faz para pensar uma educação sexual voltada para a juventude do funk? O que a Secretaria de Educação pensa no plano pedagógico para falar sobre educação sexual nas escolas, voltada para a juventude do funk? Por isso é muito importante a gente pensar o funk a partir dessas perspectivas, de políticas públicas com foco na cultura para as mulheres no sentido libertário. E quando se trata de meninas e adolescentes que consomem esse tipo de música, é necessário olhar para as perspectivas educacionais. Cercar não é o melhor caminho, educar é o melhor caminho. A participação feminina do funk não fica restrita ao campo da sexualidade. Se hoje o mercado de trabalho exclui as mulheres, existe um mercado dentro do funk que as acolhe. Temos DJs, dançarinas, MCs, produtoras que vivem, economicamente falando, das suas profissões dentro dessa cultura. Outro ponto é o campo da formação política. Vivemos numa sociedade onde as mulheres não têm

tantos direitos. Então, para pensar que o funk é um caminho de possibilidades, é preciso entender que essa cultura emancipa as mulheres dentro do grupo.

Observa-se uma prática de repressão ao funk hoje que é muito similar à ocorrida com outras manifestações culturais afro-brasileiras no passado e no presente. O rap passou por isso, o samba, a capoeira. Como é que o movimento se organiza para enfrentar essa repressão?

Hoje o movimento funk está organizado mediante todos esses ataques justamente porque compreendemos que passa por diversas nuances de perseguição dentro de sua história. Desde a primeira CPI do funk, em 1999 no Rio de Janeiro, até o entendimento do funk pela mídia como fenômeno cultural, no início dos anos 1990, no Rio, quando fica muito claro ser uma cultura voltada para jovens negros da periferia. E quando o Estado entende o funk como cultura, lá em 1992,

começa a se perseguir essa cultura. O impacto disso foi a criminalização dos bailes de corredor que resultou na CPI do funk. No início dos anos 2000, a gente teve a perseguição dos funkeiros na Baixada Santista. Depois, em 2010, a perseguição com os jovens funkeiros no extremo Leste de São Paulo, no rolezinho, um fatídico dia em que a juventude marcou pela rede social encontros no Shopping Itaquera e isso se tornou um problema para esse espaço. Então, começa uma violência, uma perseguição a esses corpos de jovens funkeiros. Depois tivemos prisões arbitrárias, como sempre houve na história do funk. E hoje lidando com a lei anti-Oruan, a CPI dos pancadões, a gente teve a morte dos nove jovens no baile da DZ7 em Paraisópolis, em dezembro de 2019, pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, na prefeitura do Covas. Trata-se de uma perseguição do Estado com essa juventude, que tem cor e tem classe. Penso que é preciso pensar quais são os caminhos a seguir para

fazer com que essa perseguição não aconteça e que o movimento funk se organize para fazer o enfrentamento. Mediante todas essas medidas inconstitucionais, assim eu as enxergo, com a Polícia Militar perseguindo um movimento cultural, estamos com um problema muito grande. Temos a Frente Nacional de Mulheres do Funk, um coletivo autônomo, e a Frente Estadual Parlamentar do Funk, que surgiu no ano passado, resultando em articulações entre movimento funk, organizações da sociedade civil que dialogam com o movimento e representantes do poder público. No caso, a parlamentar que responde pela Frente Nacional de Mulheres do Funk é a Ediane Maria, do PSOL, uma parlamentar que convidou o movimento para dentro do gabinete para a gente fazer essa construção, e resultou em um espaço democrático para fazer esse enfrentamento político. Posso dizer que o movimento funk está se organizando de uma forma orgânica por conta dessa repressão massiva

que vem sofrendo historicamente, pois é a primeira vez que um projeto de lei atua nacionalmente para perseguir uma cultura. O funk é muito diferente do movimento hip hop, porque o ar de politização dentro do hip hop já é algo que vem da sua cultura. O movimento funk surge de um lugar muito desprezioso, politicamente falando, e hoje nós temos de lidar com essas questões políticas.

Como atua o projeto de lei anti-Oruan?

Ele tem o propósito de fazer com que artistas da periferia que cantam as suas vivências não sejam contratados com recursos do poder público em casas de cultura, apresentações, shows e afins. A lei anti-Oruan está sendo construída com base na moral e nos bons costumes, pois o que está colocado nesse projeto de lei já existe constitucionalmente falando. Em relação a crianças e adolescentes, encontramos isso no ECA. Sobre a questão da garantia de direitos, do cuidado, do dever do Estado com a



juventude, a gente encontra no Estatuto da Juventude. Quando se trata de questões da juventude negra, há vários documentos que garantem a política no seu campo de constituição cultural. Então, já existem projetos de leis que cuidam da cidadania da criança e do adolescente. Um projeto como a lei anti-Oruan retira o direito de jovens funkeiros e do rap, pois trata do funk do trap, que faz parte da cultura hip hop, justamente para perseguir culturas que são

altamente consumidas por jovens da periferia. Ela persegue a partir dessa leitura de que são músicas com apologia ao crime, conotação sexual ou algo que se entende não ser de “bom tom”, e por isso não vão mais ser contratados. Um classismo absurdo, um racismo absurdo, porque esses jovens estão cantando em suas letras somente aquilo que está dado socialmente. Então, se há parlamentares incomodados com as letras de músicas que estão sendo cantadas, eles precisam

trabalhar para fazer com que a sociedade fique livre da violência que os jovens cantam em suas músicas. Porque se hoje vivemos numa sociedade violenta, não é por conta do funk, não é por conta do trap, e sim da governabilidade que leva a esse lugar. Esse projeto de lei busca proibir os equipamentos públicos de cultura a contratar esses artistas e na minha leitura como pesquisadora militante ativista e funkeira eu posso afirmar que isso é nada mais nada menos que uma estratégia racista de distanciar os jovens artistas dos seus direitos, porque eles têm direito de cantar a sua música, assim como o direito de ocupar o centro cultural da sua quebrada para isso. Não pode existir um projeto de lei que proíba um jovem de ser contratado para cantar a sua realidade. Então, estão querendo punir mais uma vez o jovem por uma responsabilidade que não é dele.

O crescimento da extrema-direita, cada vez mais fortalecida no Brasil e no mundo, tem

afetado diretamente os jovens do funk. Mas, contraditoriamente, grandes produtores apoiam políticos de direita. Como você vê essa questão?

Quando a gente olha para a atual conjuntura política, percebe o avanço do neoliberalismo no mundo. E o funk não iria ficar de fora disso. Quando avança a cultura do neoliberalismo, isso vai impactar os jovens do funk, que não entende-

ram ainda a importância dos direitos trabalhistas, não acessaram universidades de qualidade, apesar das cotas, de programas como ProUni, Sisu e afins, ainda assim não é o suficiente para a juventude. Outro ponto é pensar que empresários não têm aval para construir política pública. Empresário precisa atuar no campo corporativo e repartição pública não é um espaço corporativo. Não existe motivo para empresários do funk dialogarem com



o poder público para construir políticas públicas, isso é inconstitucional inclusive. Essa relação do empresariado com as instituições e o poder público são um problema. Existe uma parte do movimento funk que é contrária a essas articulações porque nós entendemos que quem desenvolve políticas públicas é o movimento, é a sociedade civil, juntamente com representantes do poder público. O empresário deveria atuar apenas dentro do campo corporativo. Mas, ainda assim, como falamos de um momento político onde o avanço do neoliberalismo está dado, naturalmente empresários só pensam em dinheiro, e vão dialogar com esses representantes do poder público para fazer os seus acordos em nome do movimento.

O funk contribui para a formação de lideranças periféricas no Brasil?

Sim, está acontecendo porque é necessário. Realmente, hoje, a gente está numa forte onda de perseguição da direita com o movimento funk. Isso faz

com que se articule com esses representantes do poder público dispostos a dialogar, para começar a criar caminhos contra a repressão. A Frente Nacional de Mulheres do Funk surgiu em 2017, e a Frente Estadual Parlamentar do Funk no ano passado. Essas articulações são jovens, e diante de todo o histórico de perseguição com o movimento funk, eu acredito que é a primeira vez que sentimos isso nacionalmente. É muito importante a gente fazer esse debate com pessoas que compreendem o funk como cultura. O funk tem várias questões que eu acho, sim, precisam ser repensadas, ser construídas socialmente com atores da sociedade civil. A cultura funk não pode ser tratada como caso de polícia, assim como também o movimento funk não ignora as questões sociais que permeiam o baile funk, por exemplo. Então, é muito importante a gente entender que o movimento está aberto ao diálogo, para compreender qual é o tipo de baile funk a gente quer. Sabemos o que não quere-

mos: a polícia invadindo e matando funkeiro em baile, em nome da ordem social. Fazendo debates como esse fica mais claro quais são as nossas proposições políticas. A gente quer construir uma sociedade melhor, que seja boa para todo mundo, a partir de uma visão cultural. ■

Parteiras de Breves mantêm prática ancestral e lutam por reconhecimento e valorização

POR ROSE SILVA



FOTO: REDES SOCIAIS

À frente da instituição desde 2022, a técnica de enfermagem Maria Augusta da Cunha Borges acompanhava a avó desde criança, quando ela era chamada para assistir as mulheres em trabalho de parto no interior. E assim, durante uma complicação, teve a oportunidade de auxiliá-la e passou a ser formada para suceder a matriarca neste ofício. “Minha avó foi parteira das filhas, das noras, quando nasci, foi ela que me pegou. Na nossa cultura popular de partei-

ra, é isso que acontece. O último parto que a minha avó fez foi o do meu primeiro filho, eu estava com dezenove anos e ela com 95”, lembra.

Quando foi afastada do trabalho por conta de um acidente, Maria continuou fazendo partos e começou a organizar o movimento das parteiras de Breves por meio da associação. “Foi quando veio para cá a Rede Mondó, que queria conhecer pessoas e projetos. Eu me aliei à instituição, fiz

A Associação das Parteiras Tradicionais do Município de Breves é uma organização fundada em 2010 que luta pelos reconhecimento e valorização do trabalho das parteiras da região, em sintonia com as políticas públicas de saúde.

um levantamento aqui no município sobre as parteiras e comecei a trabalhar para organizar a primeira capacitação, que teve 94 participantes”, relata.

A batalha seguinte foi a legalização da Associação, que hoje tem CNPJ e está regularizada junto a Receita Federal. “Estamos com 104 parteiras cadastradas e já conseguimos também materiais que são utilizados durante o parto, como aparelho de pressão digital e também

sonar. Avançamos cada vez mais no reconhecimento das parteiras tradicionais e queremos que sejam valorizadas”, afirma.

As gestantes já perceberam que, em vez de esperar uma hora e meia na fila do hospital para que o coração do bebê seja auscultado, podem ir até uma parteira e ter atendimento imediato. Por isso a procura pelas parteiras tem aumentado bastante no município de Breves, principalmente na zona rural.

Além de orientar as



FOTO: REDES SOCIAIS

gestantes e fazer partos domiciliares, as parteiras acompanham partos no

hospital municipal. A associação sobrevive de doações e de parcerias



FOTOS: REDES SOCIAIS



SAIBA MAIS: [instagram.com/parteiras.tradicionais](https://www.instagram.com/parteiras.tradicionais)

Debate reuniu especialistas e dirigentes do PT para discutir chacinas e a política de drogas



FOTO: SÉRGIO SILVA

O projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo, realizou no dia 28 de julho o primeiro de três encontros que vão discutir os impactos das chacinas e suas relações com a política de drogas no Brasil.

O ciclo tem como objetivo reunir especialistas, ativistas, advogados e pesquisadores para construir coletivamente os eixos temáticos que irão compor o livro *Chacinas e Política de Drogas*, quarto e último título da coleção baseada na pesquisa *Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil: Casos*

emblemáticos. As discussões serão registradas por meio de gravações, que servirão como base para a produção dos capítulos do livro. O próximo encontro está programado para 28 de agosto.

Os três primeiros títulos da coleção, [Chacinas e conflitos agrários: os](#)

[casos de Pau D'Arco e do Quilombo de Iúna](#), [Chacinas e Policiamento: Os casos de Belém e do Complexo do Salgueiro](#), e [Chacinas e feminicídios – Os casos de Realengo e Campinas](#), estão disponíveis para download no site da Fundação Perseu Abramo. ■

Desafios, pornografia e discurso de ódio: riscos diários para crianças nas redes sociais

ROSE SILVA



FOTO: ARQUIVO/EBC

Especialistas alertam para o aumento de riscos no ambiente digital: 56 mortes por desafios online, coleta massiva de dados e exposição precoce de crianças e adolescentes em redes sociais acendem alerta para regulação e políticas públicas

O acesso precoce e irrestrito de crianças e adolescentes às redes sociais tem facilitado a ocorrência de crimes graves que colocam em risco sua vida e bem-estar. Casos de aliciamento, desafios que induzem ao suicídio e perfis criados para explorar sexualmente alunos de escolas, além da disseminação de conteúdo misógeno, racista e discursos de ódio, se tornaram parte da realidade

de digital no Brasil.

De acordo com o Instituto DimiCuida, que atua na prevenção de jogos de não-oxigenação e brincadeiras perigosas, pelo menos 56 mortes relacionadas a desafios virtuais ocorreram no país nos últimos dez anos.

Mesmo com restrições de idade (a maioria das plataformas proíbe contas para menores de 13 anos), uma pesquisa da empresa

SuperAwesome mostrou que dados de crianças abaixo dessa faixa já foram coletados mais de 72 milhões de vezes.

Três dimensões do risco

Maria Mello, coordenadora de programas do Instituto Alana, explica que o ambiente digital no Brasil ainda é profundamente desregulado, o que permite a exploração comercial de crianças de forma alarmante.

“Hoje a gente não está falando só de publicidade, que é grave também, mas de outros riscos. O primeiro deles é de conteúdo: discursos de ódio, desinformação, incitação à violência e exposição a imagens pornográficas”, alerta a pesquisadora. “O risco de contato tem a ver com a relação com usuários mal-intencionados. E o de conduta está relacionado à própria atuação da criança ou adolescente, como o cyberbullying”.

Outro ponto sensível é o uso de dados pessoais para direcionamento de publicidade, considerando que crianças não têm desenvolvimento biopsicossocial suficiente para compreender esse tipo de exposição.

Para Mello, os riscos relacionados à violação de privacidade também têm impactos duradouros sobre a saúde física e mental dos jovens. “As plataformas são pensadas para prender a atenção, e não para atender às necessidades de crianças e adolescentes”, destaca.

Segundo pesquisa do Datafolha, encomendada pelo

Instituto Alana em 2024, a maioria dos brasileiros com filhos de até 17 anos acredita que menores de 14 anos não deveriam ter celular ou tablet próprio (58%), acessar aplicativos de mensagens como o WhatsApp (58%) ou jogar videogame (61%).

Quando o assunto são redes sociais, a rejeição aumenta: 76% são contrários ao uso de plataformas como *Instagram*, *TikTok*, *Kwai* e *Discord* por menores de 14 anos. A mesma porcentagem acredita que o consumo de conteúdo em vídeo por crianças nessa faixa etária, em plataformas como *YouTube*, *Netflix* e *Amazon Prime*, deve ser supervisionado.

Essas percepções, no entanto, contrastam com a realidade brasileira. A idade média do primeiro acesso à internet é de apenas 6 anos, e um terço dos usuários da web no país são crianças e adolescentes.

Para especialistas, as soluções passam por políticas públicas, ações educativas e maior engajamento das famílias e das escolas. Algumas medidas já

começaram a ser adotadas, como a proibição do uso de celulares em sala de aula e a capacitação de profissionais da educação para lidar com os novos desafios digitais.

STF amplia responsabilidade das plataformas

No dia 26 de junho deste ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ampliar as obrigações das plataformas digitais ao declarar inconstitucional parte do artigo 19 do Marco Civil da Internet, que, desde 2014, limitava a responsabilização das redes sociais a casos em que houvesse descumprimento de ordem judicial. A mudança foi aprovada após anos de obstrução no Congresso, liderada pelo lobby das grandes plataformas.

O pesquisador e consultor em políticas digitais do Unicef Alexandre Costa Barbosa lembra que o cenário se agravou em 2023, logo após o início do terceiro mandato do presidente Lula, com a multiplicação de ataques a escolas, conteúdos de automutilação e discursos de ódio como o *red pill* – movimento que dissemina

misoginia entre adolescentes nas redes.

“Ali ficou escancarada a gravidade de não se ter uma regulação que realmente garanta a responsabilidade das plataformas”, afirma. Na época, o então ministro da Justiça Flávio Dino editou uma portaria que autorizava a remoção de conteúdos ilegais sem a necessidade de decisão judicial, abrindo espaço para o debate que viria a chegar ao STF.

Para Barbosa, no entanto, a decisão do Supremo é apenas um ponto de partida. “Não sabemos como se dará a aplicação prática das medidas pelas plataformas, que continuam fazendo lobby forte. Alegam que a decisão trará insegurança jurídica e que empresas privadas acabarão removendo conteúdos por receio de sanções. Não está claro quem será responsável por fiscalizar essa aplicação: se haverá colegiado, órgão técnico, instância autônoma.”

Ele também destaca a necessidade de ações integradas e de diretrizes internacionais. “A ONU

conduziu uma ampla consulta com países, organizações e crianças para criar parâmetros globais de proteção. Esses referenciais precisam ser incorporados”, defende.

Governo cria comitê para proteção de crianças no ambiente digital

No Brasil, novas iniciativas vêm sendo articuladas entre o governo federal e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

No dia 15 de julho, o Ministério da Justiça e Segurança Pública participou da assinatura simbólica da portaria que institui o Comitê Intersetorial para a Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ambiente Digital.

A iniciativa atende à Resolução nº 257/2024 do Conanda e cria uma instância permanente de consulta, estudos e articulação.

O comitê será responsável por propor e coordenar a implementação da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ambiente Digital. Segundo Barbosa,

o Brasil já é considerado referência global em governança digital desde a aprovação do Marco Civil da Internet.

“Esses esforços estão sendo liderados por várias frentes dentro do governo, como o secretariado de Políticas Digitais, o Conanda, o Instituto de Direitos Humanos e Democracia, e vêm sendo reforçados agora pelo julgamento do STF”, afirma.

Desde dezembro de 2024, tramita na Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 2628/22, já aprovado pelo Senado. O texto propõe responsabilizar diretamente as Big Techs pela segurança de crianças e adolescentes em ambientes digitais.

O projeto é apoiado por centenas de organizações da sociedade civil ligadas à infância e à pauta digital. Inspirado em legislações de outros países, busca adaptar medidas ao contexto brasileiro, levando em conta que as práticas dessas empresas são globais. E os efeitos, semelhantes. ■

NEGRA'ART'ARTESANATO

Vitor Fernando da Silva, o artista por trás da Negra'Art'Artesanato, tem 38 anos e mora em Viamão, na região metropolitana de Porto Alegre. Ele chama a atenção nas feiras com um trabalho que homenageia religiões de matriz africana e a cultura preta, em esculturas que utilizam arame, barbante e retalhos de tecido.

Sua jornada começou há menos de um ano, quando ajudou a produzir brindes para o primeiro Seminário Antirracista de Viamão. Foi ali que descobriu a arte como um caminho de recone-

xão com sua ancestralidade e referências de vida. Desde então, coloca movimento, afeto e história em cada peça.

“Acredito que conexão e energia são o que alimenta minha criação. Minhas obras trazem as entidades das religiões afro-brasileiras e pessoas com as quais sinto uma forte ligação espiritual. Tenho a sensação de que minha arte sempre encontra as mãos certas. Cada obra personalizada que faço carrega carinho, homenagens e momentos especiais transformados em forma de arte.



FOTO: DIVULGAÇÃO





CONTATO DO ARTISTA:

Instagram: @negraartartesanato



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Marcadores sociais da afrodescendência, interseccionalidade e suas implicações na educação das relações étnico-raciais

CLÁUDIO RAFAEL ALMEIDA DE SOUZA

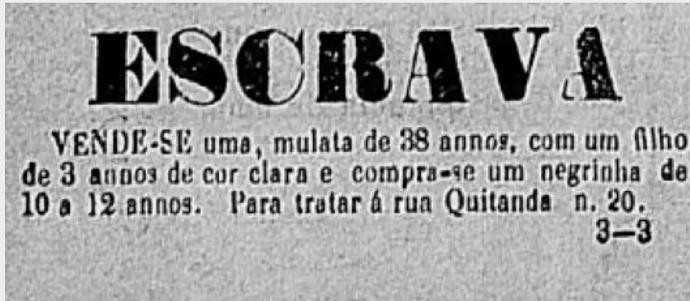


FOTO: REPRODUÇÃO

Este texto apresenta a pesquisa que objetiva mapear os marcadores sociais por meio do comércio de escravizados no periódico “Idade d’Ouro do Brasil”, da cidade de Salvador (BA) no serviço de busca da Hemeroteca Digital Brasileira, que pertence ao Arquivo Online da Biblioteca Nacional, e relacioná-los com a interseccionalidade e suas implicações na educação das relações étnico-raciais.

Como aporte, buscaram-se referências em bibliografia para compreender com brevidade o conceito de interseccionalidade, definem-se os marcadores sociais mais contundentes no que se refere à educação das relações étnico-raciais. Com isso, ilustra-se primeiramente

por meio dos anúncios do periódico de compra e venda de escravizados com o intuito de compreender como se estabelecia a comercialização. Enfatizam-se as características dos escravizados que eram normalmente comprados e vendidos, bem como a maneira com que esses escravi-

zados eram anunciados. O resultado da pesquisa permite ter um breve panorama das atividades dos escravizados, idade, gênero e outras especificidades que marcam o sujeito social pela perspectiva da interseccionalidade, relacionando-as às acepções atuais de afrodescendência.

Metodologia

A metodologia de estudo utilizada na pesquisa e para a escrita do artigo foi desenvolvida a partir de uma revisão de literatura, de natureza qualitativa, que buscou aproximar-se do “estado da arte” sobre os anúncios do jornal Idade D’Ouro que abordam a compra e venda de escravizados, especificados com marcadores sociais na perspectiva da interseccionalidade. Definindo, deste modo, natureza quantitativa. Assim, os métodos aplicados determinam-se neste sentido

CLÁUDIO RAFAEL ALMEIDA DE SOUZA É NATURAL DE SALVADOR (BA), MUSEÓLOGO E MESTRE EM ARTES VISUAIS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

qualitativo e quantitativo, dado o levantamento da quantidade de anúncios encontrados.

Conforme Ferreira (2002), por estado da arte entendem-se as pesquisas de caráter bibliográfico, que têm a finalidade de mapear e discutir a produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento sobre uma determinada temática e se propõem a visibilizar os aspectos e dimensões que vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, as formas e condições em que foram produzidas. São reconhecidos por realizarem metodologias de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica à luz de categorias e facetas que se caracterizam em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

Para a composição do cenário, o estudo foi realizado por meio do serviço de busca da Hemeroteca Digital Brasileira que pertence

ao Arquivo Online da Biblioteca Nacional. Diante da metodologia, buscaram-se diferentes anúncios utilizando o período de 1811-1823 apenas no periódico *Idade D'Ouro do Brazil*, que abordavam a temática em discussão, utilizando a palavra “vendem-se escravos” ou “vendem-se escravas” como descritor no local de busca existente na plataforma da hemeroteca.

• **Fonte:** a busca dos anúncios comercializando escravizados em Salvador (BA) do primeiro período do século XIX coincidem com a fixação do primeiro periódico da Bahia, que é o jornal *Idade D'Ouro do Brazil*. Inicialmente houve uma ampliação da pesquisa, incluindo assim, outros periódicos. Mas, por encontrar maior quantidade de anúncios no periódico anteriormente citado, resolveu-se elencar somente os anúncios existentes neste jornal.

• **Período:** a demarcação do período implica na fixação e tempo de atua-

ção e comercialização do periódico na cidade de Salvador, Bahia (1811-1823).

• **Idioma:** foram contempladas somente as produções em língua portuguesa, pois, na plataforma de busca, só havia exemplares de jornais na versão em português.

A partir do levantamento do material, procedemos à leitura dos anúncios e construímos tabelas para análise a partir de informações como as atividades dos escravizados, idade, gênero e outras especificidades que marcam o sujeito social pela perspectiva da interseccionalidade. Depois da construção das tabelas, iniciou-se a discussão dos achados. Para dialogar com os resultados encontrados a partir dos indicadores, foram utilizados também textos que fazem parte da temática discutida e que foram encontrados em bases de dados investigadas como o Scielo e outros indexadores, e correspondem ou não ao período dos anúncios encontrados.



FOTO: REDES SOCIAIS

Conclusões

Entende-se que estudos como esta pesquisa indicam meios de interpor recursos de combate ao racismo que buscam maneiras e encontram subsídios para melhor compreender as relações étnico-raciais que correspondem aos ideais de educação antirracistas e buscam deste modo estratégias de combate ao racismo ambiental e estrutural, não muitas vezes velado existente na sociedade contemporânea. Certamente, os meios pelos quais esta pesquisa trabalha

o comércio escravista dizem necessariamente os meandros pelos quais é e se faz pertinente às discussões que tangem os problemas sociais da contemporaneidade.

Discussões que partem de ideias de raça, idade e gênero na perspectiva da interseccionalidade buscam maneiras de contribuir para a diminuição da discriminação no que tangencia a mentalidade dos sujeitos sociais que vivem na sociedade contemporânea. As maneiras pelas quais os sujeitos sociais que atualmente discutem e buscam ma-

neiras de combater tentativas racistas na sociedade permitem que os modos pelos quais a díade racismo - escravidão fora estudada no passado, sem necessariamente ter a ver com questões especiais que correspondem ao interstício do comércio escravista.

O estudo atual indica que os meios pelos quais os negros escravizados sofreram discriminação na sociedade têm a ver com questões sociais que tangem o tratamento diferenciado dado atualmente aos seus afrodescendentes. Deste modo, apresentam-se questões que tangenciam desde o período da escravidão a episódios discriminatórios com teor racista, lgbtfóbico, xenofóbico, dentre outros. O que açambarca pesquisas de estudiosos que debruça sobre a temática da díade na qual propõe discussões de combate ao preconceito existente nas relações étnico-raciais e por que não dizer nas relações interpessoais.

As questões que os

estudiosos pesquisados trabalham na perspectiva da interseccionalidade muito contribuem para os não apagamentos e/ou silenciamentos da memória social de negros na contemporaneidade. Estes ainda não retribuídos pela dívida histórica que decorre desde o período escravista que assola o ocidente até questões mais excludentes da contemporaneidade que se relacionam com questões que envolvem marcadores sociais como idade, gênero e raça. Estas especificações e categorização

envolvem ideais de branquitude, que desenvolvem aspectos racistas em discussões relacionais que assolam negros, brancos, ameríndios, entre outras etnias que correspondem à sociedade atual.

Buscou-se por meio de aparato metodológico pesquisas em diferentes edições do periódico Idade D'Ouro do Brazil juntamente e em contraponto com publicações de vários tipos como livros, dissertações, teses que tratam do tema da interseccionalidade e

racismo. Assim, o estudo busca maneiras de dialogar com as diferentes esferas da sociedade e pretende desmistificar a ideia de acreditar que os marcadores sociais como a idade, o gênero e a raça não se relacionam com o íterim do comércio escravista e atitudes racistas na contemporaneidade. E sem o devido combate pela perspectiva da interseccionalidade, o racismo e outros modos de discriminação jamais serão extintos das sociedades, em específico a da Bahia. ■

OPORTUNIDADES AGOSTO/SETEMBRO

Edital	Foco	Prazo	Link
Edital de intercâmbio cultural Minc nº 1, de 5 de outubro de 2023	Constitui objeto deste Edital a concessão de recursos financeiros com vistas a indenizar despesas de deslocamento, permanência e participação de agentes culturais, para apresentação de trabalho próprio, em eventos, festivais, feiras de negócios e outras atividades culturais, no Brasil e no exterior, que promovam o intercâmbio e a difusão de temas e expressões transversais que – por sua sazonalidade, peculiaridade, transversalidade ou ineditismo, não possuam locus institucional claramente definido no âmbito do Ministério da Cultura.	Até 31 de dezembro de 2026	https://mapas.cultura.gov.br/opportunidade/2059/
Edital Arranjos Regionais	Investir recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), em caráter complementar, em ações de fomento propostas por órgãos e entidades da administração pública direta ou indireta estadual, municipal e do Distrito Federal, com a finalidade de desenvolver o setor audiovisual local a partir do lançamento de chamadas e programas específicos. Estimular o desenvolvimento e o fortalecimento das cadeias produtivas locais por meio da descentralização de recursos e da consolidação de uma política de complementaridade, elaborada em conjunto com estados e municípios com o objetivo de fortalecer os eixos da Política Nacional de Audiovisual.	Até 18 de Agosto de 2025	https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais/inscricoes-abertas/edital-arranjos-regionais/edital-arranjos-regionais

OPORTUNIDADES AGOSTO/SETEMBRO

Festival Social 2025	O Instituto Imbundero , dedicado à valorização da cultura popular, lança edital para a seleção de parceiros artísticos, produtores culturais e coletivos comunitários interessados em integrar a programação do Festival Social 2025 . O objetivo é reunir expressões culturais populares e contemporâneas em um grande encontro de arte.	Até 15 de Agosto de 2025	https://mapa.cultura.gov.br/
3º Vadição Cataratas 2025	O Festival Vadição Cataratas 2025 é uma oportunidade única para compartilhar saberes, celebrar a capoeira e fortalecer a identidade cultural. Não perca essa chance de se conectar com mestres, artistas e comunidades de todo o Brasil. Estamos em busca de capoeiristas, mestres, artistas e grupos que tenham um portfólio relevante e notório saber na capoeira e em manifestações culturais afro-brasileiras. Os selecionados passarão por uma curadoria que avaliará sua trajetória, contribuição para a cultura e alinhamento com os objetivos do festival.	Até 30 de Agosto de 2025	https://mapa.cultura.gov.br/
EDITAL Nº 009/2025 - SELEÇÃO DE PROJETOS LITERÁRIOS "MEU PRIMEIRO LIVRO"	O presente edital tem como objetivo incentivar a produção literária no Município de Itajaí, por meio de apresentação de projetos literários na Fundação Cultural de Itajaí, de acordo com as disposições contidas na Lei Nº 7.320, de 21 de Outubro de 2021.	Até 22 de Agosto de 2025	https://prosas.com.br/editais/15968

OPORTUNIDADES AGOSTO/SETEMBRO

<p>Edital 009/P/2025 Bolsa de Pesquisa em Cultura e Economia Criativa</p>	<p>O EDITAL 009/P/2025 BOLSA DE PESQUISA EM CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA é voltado para projetos nas variadas áreas de pesquisa com temática artístico-cultural e economia criativa. Este edital é voltado para financiamento de projetos de BOLSA DE PESQUISA EM CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA. As atividades propostas pelo projeto deverão ser, obrigatoriamente, em áreas de natureza artístico-cultural. Somente serão habilitados conteúdos em língua portuguesa brasileira e os conteúdos precisam estar em conformidade com o acordo ortográfico vigente.</p>	<p>Até 12 de Agosto de 2025</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/16014</p>
<p>EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2025 - APOIO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (ATHIS) COM FOCO NA MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS DA CRISE</p>	<p>Este Chamamento Público busca fomentar ações de apoio à Assistência Técnica Para Habitação de Interesse Social (ATHIS), contemplando o conceito de sustentabilidade, com objetivo de promover o desenvolvimento de propostas que abordem ações de enfrentamento das precariedades habitacionais e urbanas vivenciadas por comunidades em situação de vulnerabilidade social, fazendo-se uso de tecnologias variadas e técnicas sustentáveis e inclusivas, que ampliem a qualidade da segurança, saúde pública e resiliência das áreas objeto de intervenção, bem como a mitigação da crise climática e o combate aos impactos do Racismo Ambiental nos territórios vulneráveis do Estado de São Paulo. Os projetos deverão ser relevantes para promoção da justiça social de populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica.</p>	<p>Até 18 de Agosto de 2025</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/15914</p>

OPORTUNIDADES AGOSTO/SETEMBRO

<p>Sua iniciativa quer abrir um CNPJ?</p>	<p>A formalização de iniciativas que já estão atuando e transformando realidades nas periferias é um caminho para acessar recursos e estrutura para ampliar o trabalho. Para iniciativas, abrir um CNPJ significa virar uma OSC. Se você é integrante de uma iniciativa periférica e tem interesse em saber, entre em contato!</p>	<p>Inscrições contínuas.</p>	<p>https://mapadasperiferias.cidades.gov.br/sua-iniciativa-quer-abrir-um-cnpj/</p>
<p>EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N 002-2024 - DIVERSOS SEGMENTOS CULTURAIS</p>	<p>Constitui objeto deste chamamento público a ATRAÇÕES ARTÍSTICAS PARA PROGRAMAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL PROFESSOR ANTONIO CARLOS MARQUES, com o objetivo de difundir e valorizar a cultura, no município de Uberaba.</p>	<p>Inscrições contínuas.</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/14475</p>
<p>Banco de Projetos Socioambientais</p>	<p>O Instituto EDP é o órgão gestor dos investimentos sociais do Grupo EDP no Brasil, atuando como uma plataforma de relacionamento que contribui para a inclusão social, qualidade de vida e bem-estar das comunidades onde a EDP atua. Dessa forma, criamos este presente canal de captação contínua para projetos sociais cujo propósito seja o desenvolvimento social, cultural e ambiental da comunidade(s) que atuam.</p>	<p>Inscrições Contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/</p>



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



WWW.FPABRAMO.ORG.BR